

CONTRATO CEDAE Nº 048 /2018 (DG)

QUE ENTRE SI CELEBRAM A **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS – CEDAE** - e a **SETE SERVIC ELEVADORES LTDA ME**, na forma abaixo:

**A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE**, sociedade de economia mista, com sede nesta Cidade, na Av. Presidente Vargas, nº 2.655 – Cidade Nova – Rio de Janeiro, registrada na JUCERJA sob o nº 5000, em 14 de agosto de 1975, inscrita no CNPJ sob o nº 33.352.394/0001-04, por seus representantes legais ao final assinados, seu Diretor Presidente, Sr. **JORGE LUIZ FERREIRA BRIARD**, e seu Diretor de Produção de Grande Operação, Sr. **EDES FERNANDES DE OLIVEIRA**, doravante denominada **CEDAE**, e a empresa **SETE SERVIC ELEVADORES LTDA ME**, com sede na Rua Maricá, nº 622, Campinho, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 21320-070, inscrita no CNPJ sob o nº 02.868.906/0001-58, representada neste ato por seu sócio, Sr. **MARCELO LEMOS PINHEIRO**, cédula de identidade nº 09.195.042-8 (DIC-RJ) e CPF/MF nº 018.622.507-58, resolvem celebrar o presente Contrato, com fundamento no **processo administrativo n. E-07/100.511/2017**, mediante **Pregão Eletrônico nº 315/2018**, que se regerá pelas normas da Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002, pelo Decreto Estadual nº 31.864, de 16/09/2002, com a aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93, com as alterações resultantes da Lei Federal nº 8.883/94 e da Lei Federal nº 9.648/98, pela Lei Estadual nº 287, de 04/19/79, Decreto Estadual nº 3.149/80, Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, e pelo instrumento convocatório, aplicando-se a este contrato suas disposições irrestrita e incondicionalmente, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO**

O presente CONTRATO tem por objeto os **"SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS, EM ASSISTÊNCIA AOS 2 (DOIS) ELEVADORES DA ELEVATÓRIA SUBTERRÂNEA DO LAMEIRÃO"**, conforme detalhado no Anexo II – Termo de Referência.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

O prazo de vigência do contrato será de **360 (trezentos e sessenta)** dias, contados a partir do dia seguinte da autorização expressa expedida pela CEDAE (Ordem de Início), que será emitida após a publicação do extrato do instrumento no Diário Oficial.

PARÁGRAFO ÚNICO - O contrato poderá ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, de acordo com o que preceitua o inciso II do artigo 57, da Lei 8.666/93.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DA CEDAE**

Constituem obrigações da **CEDAE**:

- a) realizar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato;
- b) fornecer à **CONTRATADA** documentos, informações e demais elementos que possuir, pertinentes à execução do presente contrato;
- c) exercer a fiscalização do contrato;
- d) receber provisória e definitivamente o objeto do contrato nas formas definidas.
- e) providenciar a publicação resumida do presente Contrato na imprensa oficial, nos termos do parágrafo único do Art. 61 da Lei nº 8.666/93;

#### **CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

- a) providenciar, antes do início dos serviços, o recolhimento da ART (Anotação de Responsabilidade Técnica), conforme determina a Lei Federal nº 6.496 de 07/12/77, relativa à execução dos serviços;



definindo os responsáveis técnicos dos mesmos.

b) conduzir os serviços de acordo com as normas e com estrita observância do instrumento convocatório, da Proposta de Preços e da legislação vigente, atendendo a todas as solicitações de natureza técnica, da **CEDAE**, relacionadas com o objeto deste Contrato;

c) prover os serviços ora contratados, com pessoal adequado e capacitado em todos os níveis de trabalho, devidamente aprovado pela **CEDAE**.

d) submeter à prévia aprovação da **CEDAE** qualquer alteração de sua equipe de trabalho e substituir qualquer membro da referida equipe, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sempre que solicitado pela **CEDAE** ;

e) admitir que todos os originais dos documentos, estudos, fluxogramas, especificações, folhas de cálculos, etc., por ela elaborados serão propriedade da **CEDAE** e neles não deverá constar qualquer declaração que limite este direito.

f) abster-se de dar conhecimento, transmitir ou ceder a terceiros qualquer dado, documentação preparada ou recebida para a execução de serviços, dar entrevistas faladas ou escritas, salvo com prévia e formal autorização da **CEDAE**.

g) providenciar todos os documentos necessários para que seu pessoal possa executar legalmente os serviços especificados neste Contrato.

h) manter, durante toda a duração deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas para participação na licitação;

i) prestar, sem quaisquer ônus para a **CEDAE**, os serviços necessários à correção e revisão de falhas ou defeitos verificados no trabalho, sempre que a ela imputáveis;

j) responder pelos serviços que executar, na forma do ato convocatório e da legislação aplicável;

k) iniciar e concluir os serviços nos prazos estipulados, cabendo à **CEDAE**, no caso de inadimplemento, o direito de suspender a sua execução e de aplicar as penalidades cabíveis, sem que à CONTRATADA assista direito a indenização;

l) providenciar e manter em vigor, por sua conta exclusiva, todos os seguros exigidos por Lei, com vigência a partir da data de início dos serviços até seu recebimento definitivo. Assim sendo, será responsável pela contratação dos seguros do pessoal, edificações, instalações, equipamentos e veículos que utilizar na execução dos serviços, sob pena de assumir diretamente todos os riscos e ônus inerentes;

m) comparecer, sempre que a **CEDAE** solicitar, aos seus escritórios ou em outro local indicado, por seu titular ou engenheiros credenciados, para examinar e prestar esclarecimentos a problemas relacionados com o objeto deste Contrato. A convocação deverá ser feita com, pelo menos, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência;

n) manter a **CEDAE** informada, de acordo com as conveniências desta, de todos os pormenores dos serviços contratados;

o) aceitar especificamente, nas mesmas condições contratuais o prescrito nos parágrafos 1º e 2º do Art.65 (sessenta e cinco) da Lei 8.666/93 e suas alterações, quanto aos acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até os limites nela estabelecidos

p) Observar o cumprimento do quantitativo de pessoas com deficiência, estipulado pelo art. 93, da Lei Federal nº 8.213/91.

q) Na forma da Lei Estadual nº 7.258, de 2016, a empresa com 100 (cem) ou mais empregados alocados a este contrato está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus postos de trabalho com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte

proporção:

- I - de cem a duzentos postos de trabalho, 2% (dois por cento);
- II - de duzentos e um a quinhentos postos de trabalho, 3% (três por cento);
- III - de quinhentos e um a mil postos de trabalho, 4% (quatro por cento);
- IV - mais de mil postos de trabalho, 5% (cinco por cento).

#### **CLÁUSULA QUINTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de **2018**, assim classificados:

Programa de Trabalho: 2200022016  
Código Orçamentário: 33903970  
Fonte de Recursos: 10  
Conta Contábil: 411110302  
C. Custos: DG00010000  
ID da Reserva Orçamentária: 2018000542

PARÁGRAFO ÚNICO – As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

#### **CLÁUSULA SEXTA: VALOR DO CONTRATO**

Ao presente contrato, em regime de empreitada por preço global, é atribuído o valor total de **R\$ 40.800,00 (quarenta mil e oitocentos reais)**, com preço base no mês da Estimativa Orçamentária.

- a) O preço ajustado nesta Cláusula inclui o lucro e todos os custos dos serviços, inclusive os noturnos e respectiva iluminação, sejam diretos ou indiretos, responsabilizando-se a CONTRATADA por toda e qualquer despesa ainda que não prevista textualmente neste Contrato; inclusive a que decorrer de ato ou fato que implique em transgressão ou inobservância de qualquer dispositivo legal ou regulamentar, federal, estadual ou municipal.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA: DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO, DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO E DAS GARANTIAS**

O contrato deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do instrumento convocatório e da legislação vigente, devendo ser obedecidas: as Especificações Técnicas, o Projeto e os demais elementos fornecidos pela Fiscalização; as Normas Técnicas da ABNT e, no que couber, as disposições legais e regulamentares em vigor, especialmente as relacionadas com execução, fiscalização, fornecimento, aceitação, conservação, penalidades, rescisão de contratos, pagamentos e normas técnicas, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por comissão constituída de 3 (três) membros, devidamente habilitados, designados pelo Diretor Presidente da CEDAE. Deverá ser obedecida toda e qualquer orientação da referida Comissão, durante toda a execução dos serviços.

PARÁGRAFO SEGUNDO - É facultado à CEDAE exercer ampla fiscalização sobre os serviços objeto do presente Contrato, diretamente ou por intermédio de prepostos devidamente credenciados, aos quais a CONTRATADA prestará a assistência requerida, facultando-lhe o acesso, em qualquer fase, época e local onde se processem tarefas relacionadas com o desenvolvimento dos serviços.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O objeto do contrato será recebido em tantas parcelas quantas forem ao do pagamento, na seguinte forma:

- a) provisoriamente, pela comissão a que se refere o parágrafo primeiro, a qual verificará quanto ao cumprimento de todas as cláusulas contratuais, emitindo parecer circunstanciado, assinado pelas partes,



que deverá ser elaborado no prazo de 15 (quinze) dias após a entrega do serviço;

b) definitivamente, após parecer circunstanciado emitido por comissão designada para este fim, após decorrido o prazo de 90 (noventa) dias de observação e vistoria, contados a partir da data de emissão do parecer de que trata a alínea anterior, que comprove o exato cumprimento das obrigações contratuais.

PARÁGRAFO QUARTO - A aceitação dos serviços ficará sujeita à aprovação da Fiscalização, obrigando-se a CONTRATADA a refazer aqueles que forem rejeitados, ficando, também, condicionada ao fornecimento, pela CONTRATADA, dos serviços por ela, ou por seus possíveis subcontratados, realmente executados, de acordo com as normas, instruções e especificações do Serviço de Cadastro Técnico da CEDAE.

PARÁGRAFO QUINTO - O representante da **CEDAE**, sob pena de ser responsabilizado administrativamente, anotará em registro próprio as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 10 (dez) dias, para ratificação.

PARÁGRAFO SEXTO - A CONTRATADA declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a lhes fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A instituição e a atuação da fiscalização do serviço objeto do contrato não exclui ou atenua a responsabilidade da CONTRATADA, quanto à perfeição dos serviços, ao cumprimento dos prazos e a quaisquer outras obrigações contratuais ou legais, nem a exime de manter fiscalização própria.

PARÁGRAFO OITAVO - A CEDAE poderá, a qualquer tempo e a seu critério, determinar por escrito a suspensão dos serviços em andamento. A suspensão tornar-se-á efetiva 30 (trinta) dias corridos a partir do recebimento, pela CONTRATADA, desta determinação, devendo a mesma proceder à entrega dos serviços até então executados ou em execução, os quais lhe serão remunerados pela CEDAE, desde que tecnicamente aceitos.

PARÁGRAFO NONO - A CEDAE poderá deixar de expedir Ordem de Execução - OEX, em função da indisponibilidade dos recursos indispensáveis à execução dos serviços, ou ainda se a CONTRATADA não tiver terminado ou imprimido, à OEX anterior, ritmo e qualidade aceitáveis pela Fiscalização da CEDAE. Nestes casos, não assistirá à CONTRATADA direito a indenização, reembolso ou compensação de qualquer espécie, exceto quanto ao pagamento de serviços executados, entregues e aceitos pela Fiscalização.

PARÁGRAFO DÉCIMO - As Ordens de Execução emitidas pela CEDAE e aceitas pela CONTRATADA ficarão fazendo parte integrante deste Contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - A Coordenação Geral dos trabalhos da CONTRATADA deverá estar localizada, obrigatoriamente, no Município do Rio de Janeiro ou em outro Município do Estado do Rio de Janeiro, a juízo da CEDAE.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - Todos os empregados da CONTRATADA e de seus possíveis subcontratados deverão trabalhar com Equipamento de Proteção Individual (EPI), tais como capacetes, botas, capas, óculos e demais equipamentos adequados para cada tipo de serviço que estiver sendo desenvolvido. A Fiscalização poderá paralisar os serviços enquanto tais empregados não estiverem protegidos. O ônus da paralisação correrá por conta da CONTRATADA, mantendo-se inalterado o prazo de execução dos serviços.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - No decorrer da execução dos serviços, será exigida uma produção que, aos preços contratuais, corresponda às etapas mensais estabelecidas pela CONTRATADA no cronograma físico-financeiro contratual, em percentagens acumuladas em relação ao valor total dos serviços contratados.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - Caso estas etapas mensais não sejam cumpridas pela CONTRATADA, após a verificação da Fiscalização da CEDAE, serão pagos à CONTRATADA, somente os serviços e fornecimentos efetivamente executados.



PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO - Todos os materiais/equipamentos a serem empregados na execução dos serviços deverão ser de primeira qualidade e novos, sujeitando-se a CONTRATADA à realização dos ensaios/testes, de Controle de Qualidade, determinados pela Fiscalização.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO - Em todos os casos em que a execução dos serviços, por motivos imputáveis à CONTRATADA, ocasionar prejuízos aos serviços já executados, a CONTRATADA arcará com os custos de restauração para recolocá-los em suas condições originais.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO - A CONTRATADA responderá de maneira absoluta e inescusável pelos serviços, assumindo inteira, total e exclusiva responsabilidade pela sua execução e qualidade técnica.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO - A CONTRATADA se obriga a cooperar com outras contratadas da CEDAE, entrosando-se com elas, a fim de que todos os serviços se desenvolvam conforme a programação estabelecida para cada uma. Quaisquer entendimentos entre as diversas contratadas serão feitos, por escrito, sempre através da Fiscalização.

PARÁGRAFO DÉCIMO NONO - Na forma da Lei Estatual nº 7.258, de 2016, se procederá à fiscalização do regime de cotas de que trata a alínea "q", da cláusula quarta, realizando a verificação no local do cumprimento da obrigação assumida no contrato.

#### **CLÁUSULA OITAVA: DA RESPONSABILIDADE**

A **CONTRATADA** é responsável por danos causados à **CEDAE** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A **CONTRATADA** é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo a **CEDAE**, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos, como condição do pagamento dos créditos da **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A **CONTRATADA** se obriga a cumprir as determinações da Lei nº 6514 de 22 de dezembro de 1977 e da Portaria nº 3214 de 08 de julho de 1978 e suas Portarias Modificadoras, que aprovam as Normas Regulamentadoras do Capítulo V, título II, da CLT, relativas a Segurança e Medicina do Trabalho.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A CONTRATADA será obrigada a apresentar, mensalmente, as seguintes comprovações:

- a) Prova de pagamento dos salários até o quinto dia útil de cada mês seguinte ao vencimento, incluídas as horas extras devidas e outras verbas que, em razão da percepção com a habitualidade, devam integrar os salários;
- b) Prova de pagamento em dia do vale-transporte e do auxílio alimentação de seus empregados;
- c) Anotação nas Carteiras de Trabalho e Previdência Social de seus empregados;
- d) Prova de regularidade com os recolhimentos dos tributos, contribuições e encargos, incluindo aqueles relativos aos empregados vinculados ao contrato.

PARÁGRAFO QUARTO - A CONTRATADA será obrigada a reapresentar a Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas "a" a "d", do parágrafo único, do art. 11, da Lei nº 8.212, de 1991, da comprovação de regularidade fiscal em relação aos tributos incidentes sobre a atividade objeto deste contrato e do Certificado de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), assim como a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), sempre que expirados os respectivos prazos de validade.



PARÁGRAFO QUINTO - A ausência da apresentação dos documentos mencionados nos PARÁGRAFOS TERCEIRO e QUARTO ensejará a imediata expedição de notificação à CONTRATADA, assinalando o prazo de 10 (dez) dias para a cabal demonstração do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias e para a apresentação de defesa, no mesmo prazo, para eventual aplicação da penalidade de advertência, na hipótese de descumprimento total ou parcial destas obrigações no prazo assinalado.

PARÁGRAFO SEXTO - Permanecendo a inadimplência total ou parcial o contrato será rescindido.

PARÁGRAFO SÉTIMO - No caso do parágrafo sexto, será expedida notificação à CONTRATADA para apresentar prévia defesa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, para dar início ao procedimento de rescisão contratual e de aplicação da penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de 1 (um) ano.

#### **CLÁUSULA NONA: DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA**

Os serviços objeto deste Contrato serão executados sob a direção e responsabilidade técnica do Eng<sup>o</sup> **RAFAEL COSTA DE MATOS, Carteira nº RJ-851058478/D, CREA nº 1985105847**, que fica autorizado a representar a **CONTRATADA**, em suas relações com a CEDAE, em matéria de serviço.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A **CONTRATADA** obriga-se a manter o engenheiro indicado nesta cláusula como Responsável Técnico na direção dos trabalhos e no local dos serviços até seu final. A substituição do Responsável Técnico poderá ser feita por outro de igual lastro de experiência e capacidade, cuja aceitação ficará a exclusivo critério da CEDAE.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O Responsável Técnico aqui indicado deverá figurar como tal na ART - Anotação de Responsabilidade Técnica, de que trata a alínea "a" da CLÁUSULA QUARTA deste Contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA: CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

A **CEDAE** deverá pagar à **CONTRATADA** o valor total de **R\$ 40.800,00 (quarenta mil e oitocentos reais)**, em 12 (doze) parcelas, conforme cronograma físico-financeiro de fls. 219, sendo efetuado mensal e sucessivamente, mediante crédito em conta bancária, mantida pela **CONTRATADA**, via Banco Bradesco S/A, de acordo com as informações prestadas no Formulário "Solicitação de Cadastro de Credor" (Anexo VII do edital).

PARÁGRAFO PRIMEIRO - No pagamento da segunda e demais parcelas mensais do contrato só será efetuado mediante demonstração do cumprimento das obrigações sociais e trabalhistas, relativas aos empregados vinculados ao contrato, referentes ao mês anterior à data do pagamento, de acordo com o disposto no parágrafo terceiro da cláusula oitava.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A **CONTRATADA** deverá encaminhar a fatura para pagamento a Comissão de Fiscalização responsável, sito na Av. Presidente Vargas, 2655 - Cidade Nova, Rio de Janeiro - RJ, acompanhada de cópia autenticada do comprovante de recolhimento mensal do FGTS e INSS, bem como comprovante de atendimento aos encargos previstos no parágrafo terceiro da cláusula oitava, e respectiva folha de pagamento relativa à mão de obra empregada no contrato, com base no prescrito no parágrafo 2º do artigo 71 da Lei 8666/93, ficando o pagamento condicionado ao atendimento ao exigido neste parágrafo.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Para efeito do parágrafo anterior, a **CONTRATADA** deverá elaborar folha de pagamento exclusiva, para os serviços contratados, conforme preconizado no parágrafo 4º do Art. 31 da Lei 8212/91 de 24/07/91, alterado pelo Art. 2º da Lei 9032/95 de 28/04/95.

PARÁGRAFO QUARTO - Satisfeitas as obrigações previstas no parágrafo primeiro e segundo o prazo para pagamento será de 30 (trinta) dias, contados da data da entrada do documento de crédito, isento de erros, no setor competente, previamente atestado por 2 (dois) servidores que não o ordenador de despesas, designados para a fiscalização do contrato. No caso da Fiscalização encontrar erros na fatura elaborada pela **CONTRATADA**, a mesma será devolvida para sua reapresentação.



PARÁGRAFO QUINTO - Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa do contratado, o prazo de 30 (trinta) dias será suspenso sendo prosseguida a contagem a contar da data da respectiva reapresentação.

PARÁGRAFO SEXTO - Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à **CONTRATADA**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IGP-M e juros moratórios de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao mês, calculado *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste contrato serão feitos mediante desconto de 2,0% ao mês *pro rata die*, a partir do dia seguinte ao do efetivo pagamento até a data prevista do pagamento.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Mensalmente, até o dia 30 (trinta) de cada mês, a Fiscalização, de comum acordo com a **CONTRATADA**, estabelecerá a programação dos serviços e/ou fornecimentos a serem realizados no mês seguinte, tendo por base as metas do cronograma físico-financeiro contratual e as necessidades dos serviços.

PARÁGRAFO OITAVO - Mensalmente, a Fiscalização procederá à verificação do avanço da implantação e do cumprimento das metas mínimas do cronograma físico-financeiro contratual.

PARÁGRAFO NONO - A cada 30 (trinta) dias, a **CONTRATADA** fará a emissão da fatura dos serviços realizados e dos fornecimentos de materiais e equipamentos considerados pela Fiscalização aceitos e de conformidade com o cronograma físico-financeiro contratual, cujos percentuais limitarão os valores dos serviços.

PARÁGRAFO DÉCIMO - A Fiscalização terá 2 (dois) dias úteis, após o recebimento da fatura, para aprová-la ou devolvê-la.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - A **CEDAE** não se responsabilizará pelo pagamento de faturas de serviços executados em quantidades superiores às fixadas na Estimativa Orçamentária, salvo as expressamente determinadas pela Fiscalização.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - A liberação do primeiro pagamento ficará condicionada à entrega, pela **CONTRATADA**, da comprovação de pagamento da ART-ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA do serviço.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - A fatura final deverá corresponder, no mínimo, a 10,0% (dez por cento) do valor do Contrato e só será processada após a aceitação provisória dos serviços.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - A **CEDAE**, a qualquer tempo, poderá utilizar créditos da **CONTRATADA** para atender aos compromissos e obrigações assumidos, e não cumpridos, pela mesma, junto aos seus empregados e subcontratados, em decorrência dos serviços objeto deste Contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO**

O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, desde que por força de circunstância superveniente, nas hipóteses previstas no artigo 65, da Lei nº 8.666/93, mediante termo aditivo.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA RESCISÃO**

O presente contrato poderá ser rescindido por ato unilateral da CEDAE, pela inexecução total ou parcial de suas cláusulas e condições, nos termos dos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666/93, sem que caiba à **CONTRATADA** direito a indenizações de qualquer espécie, a não ser o pagamento das parcelas realmente executadas e aprovadas pela Comissão de Fiscalização, dele descontados quaisquer créditos da CEDAE, relativos a danos e/ou prejuízos decorrentes da execução dos serviços ou das multas que lhe venham a ser aplicadas, independentemente das demais penalidades a que estiver sujeita a **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado à **CONTRATADA** o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação em Diário Oficial.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Constituem motivo para rescisão do Contrato, além daquelas relacionadas no Artigo 78 da Lei 8.666/93, cessão ou subempreitada parcial ou total dos serviços sem prévia autorização da CEDAE.

**PARÁGRAFO QUARTO** - Não havendo culpa da CONTRATADA, para a ocorrência da rescisão, fará ela jus ao ressarcimento dos prejuízos regularmente comprovados de conformidade com o parágrafo 2º, artigo 79 da Lei 8.666/93.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES**

A inexecução dos serviços, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará o contratado, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

- a) advertência;
- b) multa administrativa;
- c) suspensão temporária pela Administração Estadual Direta e Indireta, nos termos do inc. III do art. 87 da Lei 8.666/93.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, nos termos do inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida também deverão ser considerados para a sua fixação.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão licitante.

**PARÁGRAFO QUARTO** - A advertência e a multa, previstas nas alíneas "a" e "b", da CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA, serão impostas pelo Ordenador de Despesa, na forma do parágrafo único, do art. 35, do Decreto Estadual nº 3.149/80.

**PARÁGRAFO QUINTO** - A suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração Estadual Direta e Indireta, prevista na alínea "c", da CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA, será imposta pelo Presidente desta Companhia, na forma do art. 35, parágrafo único, do Decreto Estadual nº 3.149/80.

**PARÁGRAFO SEXTO** - A aplicação da sanção prevista na alínea "d", da CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA, é de competência exclusiva do Secretário de Estado.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** - A multa administrativa, prevista na alínea "b", da CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA, observará o seguinte:

- a) corresponderá individualmente, ao percentual de até 5% (cinco por cento) calculado sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração cometida;
- b) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra;
- c) não tem caráter compensatório e seu pagamento não exime a responsabilidade por perdas e danos das infrações cometidas;



- d) deverá ser graduada conforme a gravidade da infração;
- e) nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou do empenho, conforme preceitua o artigo 87 do Decreto Estadual n.º 3.149/80.

**PARÁGRAFO OITAVO** - A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar, prevista na alínea "c", da CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA, observará o seguinte:

- a) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;
- b) sem prejuízo de outras hipóteses, **deverá** ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido.
- c) será aplicada, pelo prazo de 1 (um) ano, conjuntamente á rescisão contratual, no caso de descumprimento total ou parcial do objeto, configurando inadimplemento.

**PARÁGRAFO NONO** - O não atendimento às solicitações da Fiscalização da CEDAE, sujeitará a CONTRATADA a multa de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato.

**PARÁGRAFO DÉCIMO** - A aplicação das penalidades acima referidas, em virtude das infrações contratuais retro mencionadas, não importará em renúncia, por parte da CEDAE, da faculdade de declarar rescindido o contrato, se assim entender conveniente ao interesse público.

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO** - Sem prejuízo de outras sanções cabíveis, ocorrendo rescisão por motivo imputável à CONTRATADA, esta responderá, alternativamente, à escolha da CEDAE, por:

- a) multa rescisória de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do Contrato, podendo a CEDAE se ressarcir desses valores com as garantias contratuais ou com os créditos de qualquer pagamento ainda devido à CONTRATADA; ou
- b) pagamento de perdas e danos que puderem ser efetivamente apurados.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO** - A aplicação das multas dar-se-á cumulativamente, à medida em que cada obrigação deixar de ser cumprida, limitando-se a 20% (vinte por cento) do valor do contrato.

**PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO** - O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a CONTRATADA à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor do contrato, ou do saldo não atendido, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral, com aplicação da multa por inadimplemento, ou das sanções administrativas.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO** - As multas porventura aplicadas serão consideradas dívida líquida e certa, ficando a CEDAE autorizada a descontá-las das garantias prestadas, e caso estas sejam insuficientes, dos pagamentos devidos à contratada ou ainda, quando for o caso, cobrá-las judicialmente, servindo para tanto, o instrumento contratual como título executivo extrajudicial.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO** - A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, prevista na alínea "d", da CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA, perdurará pelo tempo em que os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO** - A reabilitação poderá ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO** - A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.

**PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO** - A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco)



dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas "a", "b" e "c", da CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea "d", da mesma Cláusula.

**PARÁGRAFO DÉCIMO NONO** - Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO** - As penalidades previstas na CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA também poderão ser aplicadas aos licitantes e ao adjudicatário.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO PRIMEIRO** - Os licitantes, adjudicatários e contratados que forem penalizados com as sanções de suspensão e impedimento, previstas na alínea "c" da CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA, ficarão impedidos de contratar especificamente com a Administração Pública Estadual Direta e Indireta; enquanto os penalizados com a declaração de inidoneidade, prevista na alínea "d", ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública, direta e indireta, de todos os demais entes federativos, e isso enquanto perdurarem os efeitos das referidas penalidades.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: EXTINÇÃO UNILATERAL DO CONTRATO**

A CEDAE poderá denunciar o contrato por motivo de interesse público ou celebrar, amigavelmente, o seu distrato na forma da lei; a rescisão, por inadimplemento das obrigações da CONTRATADA poderá ser declarada unilateralmente após garantido o devido processo legal, mediante decisão motivada.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - A denúncia e a rescisão administrativa deste contrato, em todos os casos em que admitidas, independem de prévia notificação judicial ou extrajudicial e operarão seus efeitos a partir da publicação do ato no Diário Oficial do Estado.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DO RECURSO AO JUDICIÁRIO**

As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **CONTRATADA**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face da **CEDAE**, que não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Caso A CEDAE tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA**

O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência no todo ou em parte, a não ser com prévio e expresse consentimento da CEDAE e sempre mediante instrumento próprio, devidamente motivado, a ser publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - O cessionário ficará sub-rogado em todos os direitos e obrigações do cedente e deverá atender a todos os requisitos de habilitação estabelecidos no instrumento convocatório e legislação específica.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: EXCEÇÃO DE IMPEDIMENTO**

Constitui cláusula essencial do presente contrato, de observância obrigatória por parte da **CONTRATADA**, a impossibilidade, perante a **CEDAE**, de opor, administrativamente, exceção de inadimplemento, como fundamento para a interrupção unilateral do serviço.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - A suspensão do contrato, a que se refere o art. 78, XIV, da Lei nº 8.666/93, se não for objeto de prévia autorização da Administração, de forma a não prejudicar a continuidade dos serviços públicos, deverá ser requerida judicialmente, mediante demonstração dos riscos decorrentes da



E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 3 (três) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Rio de Janeiro, 25 de ABRIL de 2018.

Pela **CEDAE**:



**JORGE LUIZ FERREIRA BRIARD**  
Diretor Presidente



**EDES FERNANDES DE OLIVEIRA**  
Diretor de Produção de Grande Operação

Pela **CONTRATADA**:



**MARCELO LEMOS PINHEIRO**  
Administrador

**TESTEMUNHAS:**

1) \_\_\_\_\_

2) \_\_\_\_\_  
contr-SETE SERVIC-ELEVADORES-LTDA-PE-315-2018-PLD



**ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇOS – ANS**  
**ANEXO AO CONTRATO CEDAE Nº 048 / 2018 (DG).**

**I. Disposições Gerais:**

- I.1 – O contrato a ser celebrado entre a CEDAE e a empresa que se sagrar vencedora no procedimento licitatório, conterá o denominado “Acordo de Nível de Serviço – ANS”, que será parte integrante do instrumento contratual;
- I.2 – O Acordo de Nível de Serviço será definido como um pacto firmado entre contratante e contratado, por meio do qual serão estabelecidas metas de nível de serviço, além das responsabilidades das partes envolvidas;
- I.3 – O ANS mostra-se necessário para viabilizar a própria contratação, imprimindo maior dinamismo na responsabilização da CONTRATADA por eventuais infrações contratuais, refletindo em uma prestação de serviços mais eficiente;
- I.4 – Para cada espécie de infração – branda, moderada ou grave – será atribuída uma determinada pontuação à CONTRATADA, na forma da tabela abaixo:

Tipo	Ocorrência	Pontuação
Branda	1. Tempo de resposta para o atendimento entre 3h e 4h após receber comunicado (via telefone) sobre paralização total do elevador <b>sem</b> pessoas retidas no interior; 2. Tempo de resposta para o atendimento entre 1h e 2h para reparo após receber comunicado (via telefone) sobre paralização total do elevador <b>com</b> pessoas retidas no interior; 3. A não realização da manutenção preventiva mensal, no mês em curso; 4. Entrega da fatura fora do período previsto.	01 Ponto
Moderada	1. Tempo de resposta para o atendimento entre 4 h e 6 h para reparo após receber comunicado (via telefone) sobre paralização total do elevador <b>sem</b> pessoas retidas no interior.	02 Pontos
Grave	1. Tempo de resposta para o atendimento maior que 6h para reparo após receber comunicado (via telefone) sobre paralização total do elevador <b>sem</b> pessoas retidas no interior; 2. Tempo de resposta para o atendimento maior que 2h para reparo após receber comunicado (via telefone) sobre paralização total do elevador <b>com</b> pessoas retidas no interior. Intervalo de manutenção preventiva periódica mensal maior que 35 dias.	03 Pontos

- I.5 – A depender da pontuação acumulada pela CONTRATADA ao longo do período da medição em faturamento, serão realizados descontos na fatura mensal devida pela CEDAE, escalonando-se os percentuais de dedução conforme quadro abaixo:

PONTUAÇÃO	AJUSTE
02 pontos	Desconto de 2% sobre o valor total da fatura mensal
03 pontos	Desconto de 5% sobre o valor total da fatura mensal
04 pontos	Desconto de 8% sobre o valor total da fatura mensal
05 pontos	Desconto de 10% sobre o valor total da fatura mensal
06 pontos	Desconto de 12% sobre o valor total da fatura mensal
07 pontos	Desconto de 15% sobre o valor total da fatura mensal
08 pontos	Desconto de 18% sobre o valor total da fatura mensal
09 pontos	Desconto de 20% sobre o valor total da fatura mensal

- I.6 – Para que seja feito o desconto percentual da fatura, deverão ser observados os seguintes procedimentos:

- I.6.1 – Verificando a existência de irregularidade na prestação dos serviços, a Comissão de Fiscalização notificará a contratada para que esta solucione o problema ou preste os devidos esclarecimentos o prazo de 3 (três) dias corridos;



I.6.2 - A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pela CEDAE, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador de serviço;

I.6.3 - Em caso de não acolhimento das razões do prestador de serviço pela Comissão de Fiscalização, o desconto na fatura será realizado na forma da tabela acima, em decisão irrecorrível.

I.7 - Ressalte-se que a inserção das aludidas cláusulas não implicará **em prejuízo para a aplicação das penalidades previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93, estabelecidas no edital de licitação, diante de eventual descumprimento contratual**, além das penalidades específicas.



Luiz de Souza, ID nº 2146952-0; Daniel Paulino Silva, ID nº 5034760-8; Valdirine Azevedo da Silveira, ID nº 425531-1; Luis Fernando Dias de Souza, ID nº 2869634-4; Alvaro Silva de Moura, ID nº 2146842-7 e Sander Luiz Caetano, ID nº 2146865-6 para em Comissão, sob a presidência do primeiro, efetuar o inventário e a reavaliação dos bens móveis pertencentes ao INEA e os que lhe estão codados.

Art. 2º - A comissão deverá iniciar os trabalhos de cadastramento em 01 de maio do corrente ano e concluí-lo em 02 meses.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 26 de abril de 2018

MARCUS DE ALMEIDA LIMA  
Presidente do Instituto Estadual do Ambiente

COORDENADORIA EXECUTIVA E DE PLANEJAMENTO

ATO DO COORDENADOR-EXECUTIVO

PORTARIA INEA COEXEC Nº 38 DE 27 DE ABRIL DE 2018

CRIA COMISSÃO PARA O ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO INEA Nº 04/2018, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O COORDENADOR-EXECUTIVO E DE PLANEJAMENTO DO INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA, no uso das atribuições previstas na Lei nº 5.101, de 04 de outubro de 2007, e no Decreto Estadual nº 41.628, de 12 de janeiro de 2009, tendo em vista o que consta no Processo nº E-07/002/1085/2017,

RESOLVE:

Art. 1º - Criar Comissão para proceder a gestão e fiscalização do Contrato INEA nº 04/2018, firmado com G.DAL PRA COMERCIO DE EXTINTORES-ME.

Art. 2º - Designar ANGÉLICA MARTINS OLIVEIRA, ID Funcional nº 2869664-6, para a Gestão do Contrato, CAMILA MARIANO LOPES, ID Funcional nº 4264753-3, JEFFERSON BERNARDO DA SILVA, ID Funcional nº 507168-9, para a Fiscalização do Contrato, e GIOVANNI DE ARAUJO, ID Funcional nº 434179-9, como Suplente.

Art. 3º - Esta Portaria retroagirá seus efeitos a 09/03/2018, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 27 de abril de 2018

LINCOLN MURCIA

Coordenador Executivo e de Planejamento

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

CONSELHO DIRETOR

DESPACHOS DO CONSELHO- DIRETOR

DE 27.04.2018

PROCESSO Nº E-07/513.908/2012 - Roney José da Silva - Auto de Infração nº SUPBICEAL/00138065, face ao deliberado pelo CONDIP, no item VII, da ATA 266ª da Reunião Ordinária de Assuntos Gerais de 30 de novembro de 2015, e com base no Parecer da Procuradoria do INEA GC nº 41/2018, de 19 de abril de 2018, tendo em vista manifesta preclusão, DEIXA-SE de processar o recurso.

PROCESSO Nº E-07/500.729/2010 - Pega-Tudo Serviços de Terraplanagem LTDA. - Auto de Infração nº SUPBICEAL/00133706, face ao deliberado pelo CONDIP, no item VII, da ATA 266ª da Reunião Ordinária de Assuntos Gerais de 30 de novembro de 2015, e com base no Parecer da Procuradoria do INEA GC nº 45/2018, de 19 de abril de 2018, tendo em vista manifesta preclusão, DEIXA-SE de processar o recurso.

PROCESSO Nº E-07/002.3455/2014 - Citera Incorporações e Participações LTDA. - Auto de Infração nº SUPBICEAL/00141071, face ao deliberado pelo CONDIP, no item VII, da ATA 266ª da Reunião Ordinária de Assuntos Gerais de 30 de novembro de 2015, e com base no Parecer da Procuradoria do INEA GC nº 40/2018, de 19 de abril de 2018, tendo em vista manifesta preclusão, DEIXA-SE de processar o recurso.

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE

DE 28/03/2018

DESIGNA EDISIO FERNANDES OLIVEIRA, Agente de Saneamento I, como presidente, LEANDRO TEIXEIRA PINTO e FABIO CORIOLANO SILVEIRA, Engenheiros B, como membros titulares e ALEXANDRE PEREIRA MARINS, Engenheiro B, como membro suplente. Gerente do Contrato CELSO HENRIQUE CARIONI F. RODRIGUES, Agente Administrativo E e ERASMO PIRAMA DA SILVA JUNIOR, Agente de Saneamento C, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização do Contrato destinado aos "SERVIÇOS PARA RECUPERAÇÃO ESTRUTURAL DO 1º E 2º TRAMO E DAS CAIXAS DE CHEGADA E CONFLUÊNCIA DO EMISSÁRIO SUBMARINO DE IPANEMA", de que trata o Processo nº E-17/100.394/2015, Ordem de Serviço "E" Nº 15.074/2018.

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE

DE 04/04/2018

DESIGNA LANDERLEY LEMOS DE ABEU, Técnico Eletromecânica II, como Presidente, RONALDO DA SILVA CARNEVES, Técnico Eletromecânica II, JOSE JORGE SIQUEIRA BARBOSA, Técnico Eletromecânica II, como membros titulares e PEDRO HENRIQUE MARIANO ALMEIDA, Engenheiro B, como membro suplente. Gerente do Contrato JULIO CESAR OLIVEIRA ANTUNES, Agente de Saneamento H e ROBSON PORTO CARDOSO, Engenheiro B, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização do Contrato destinado aos "SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE PRESISTÊNCIA E CORRETIVA COM REPOSIÇÃO DE PECAS, EM ASSISTÊNCIA AOS (DOIS) ELEVADORES DA ELEVATÓRIA SUBTERRÂNEA DO LAMEIRO", de que trata o Processo nº E-07/100.511/2017, Ordem de Serviço "E" Nº 15.081/2018.

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE

INSTITUTO DE TERRAS E CARTOGRAFIA

DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DESPACHO DA PRESIDENTE

DE 24.04.2018

PROC. Nº E-07/020/113/2018 - GISELE DE ALBUQUERQUE FERREI, Analista de Desenvolvimento Fundiário, ID Funcional 4436018-5. De acordo com o disposto no artigo 129 do Decreto nº 2.479, de 08/03/1979, CONCORDO com a concessão de Licença Especial relativa ao período-base de 01/11/2012 a 13/11/2017.

Secretaria de Estado de Trabalho e Renda

DESPACHO DO ORDENADOR DE DESPESAS

DE 26/04/2018

PROCESSO Nº E-22/001/061/2018 - REVOGO a licitação, modalidade Pregão Eletrônico nº 001/2018, do tipo Menor Preço Unitário, referente à aquisição de 130 (cento e trinta) Barracas de Madeira, de acordo com o disposto no presente Edital e respectivos Anexos e, tendo em vista o que consta nos autos do processo.

Secretaria de Estado de Cultura

DESPACHO DO SECRETÁRIO

DE 24/04/2018

PROCESSO Nº E-18/005/135/2018 - AUTORIZO, com base na delegação de competência conferida pelo Decreto nº 44.251, de 17 de junho de 2013, e nas informações constantes deste processo, o afastamento do país no período de 01 a 30 de agosto de 2018. Encaminham-se os autos à Fundação Teatro Municipal do Rio de Janeiro - FTM/RJ, para as providências complementares.

DESPACHO DO SECRETÁRIO

DE 27/04/2018

PROCESSO Nº E-18/001/128/2018 - RATIFICO a contratação direta por meio de dispensa de licitação, em conformidade com o art. 24, inciso VIII, da Lei Federal nº 8.666/1993, no valor estimado de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), em favor da Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro - IOERJ, de acordo com a autorização do Ordenador de Despesas.

ID: 2103333

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

FUNDAÇÃO TEATRO MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

RATIFICAÇÃO

D.O. DE 27.04.2018

PÁGINA 25 - 1º COLUMNA

ATO DO ORDENADOR DE DESPESAS

DE 24.04.2018

ELIZABETH BITTENCOURT OLIOI

PROCESSO: E-18/005/469/2016

Onde se lê: ID Funcional nº 3218654-2.

Leia-se: ID Funcional nº 3218645-2.

ID: 2103054

FUNDAÇÃO TEATRO MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS

DESPACHO DA CHEFE

DE 27.04.2018

PROCESSO Nº E-18/005/196/2018 - NEACI DE SOUZA NUNES PINHEIRO, ID Funcional nº 5025361-1, ANOTE-SE, para fins de aposentadoria, com base no artigo 80, Inciso I do Decreto nº 2479/79 de 08/03/1979, o tempo de contribuição prestado a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, no período compreendido entre 07.10.2003 a 06.03.2014, no total de 3.803 (três mil oitocentos e três) dias de efetivo exercício.

ID: 2103076

FUNDAÇÃO ANITA MANTUANO DE ARTES

DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS

DESPACHO DA CHEFE

DE 24/04/2018

PROC. Nº E-18/400.046/1992- AUTORIZO a concessão de 03 (três) meses de Licença Prêmio a servidora PAULINA RAMOS DA SILVA - Identidade Funcional 28665457, referente ao período base de 08/11/2008 a 06/11/2013, nos termos do artigo 129, do Decreto nº 2.479, de 08/03/1979.

ID: 2103016

FUNDAÇÃO ANITA MANTUANO DE ARTES

DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DIRETORIA ADMINISTRATIVA E OPERACIONAL

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS

DESPACHO DA CHEFE

DE 24.04.2018

PROC. Nº E-18/002/325/2018, Considerando o disposto no § 9º do art. 201 da CF/88, REGISTRA-SE, para fins de aposentadoria, o cômputo de 305 (trezentos e cinco) dias, constantes na certidão expedida pelo Instituto Nacional de Seguro Social, para o servidor DJALMA NEVES FILHO, Id. Funcional 2867016-7, desproporções 30 (trinta) dias por serem concomitantes com esta Fundação.

ID: 2103015

Secretaria de Estado de  
Esporte, Lazer e Juventude

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SUPERINTENDÊNCIA DE DESPORTOS DO ESTADO

DO RIO DE JANEIRO

ATO DO PRESIDENTE

PORTARIA SUDERJ Nº 11 DE 20 DE ABRIL DE 2018

DELEGA COMPETÊNCIA PARA AUTORIZAR

DESPESAS, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE DESPORTOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - SUDERJ, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no art. 82, inciso VII e § 1º, da Lei nº 287, de 04 de dezembro de 1979, bem como o art. 1.4 do Decreto Lei Estadual nº 239, de 21 de julho de 1975, previsão do Decreto nº 45.247, de 08 de maio de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º - Delegar competência aos servidores ROGÉRIO BARROS DA SILVA, Vice Presidente Executivo de Esportes, ID Funcional nº 5005769-3, e MAURO LOPES GUIMARÃES, Diretor do Departamento de Administração e Finanças, ID Funcional nº 870775-8, para, como Ordenadores de Despesas, praticar, nos termos da legislação vigente, todos os atos de gestão orçamentária e financeira, compreendendo:

I - autorização de despesas, reconhecimento de dívidas, emissão de notas de empenho, movimentação de recursos financeiros, pagamento e de cheques nominativos;

II - concessão de adiantamentos e diárias e aprovação ou impugnação das respectivas prestações de contas;

III - aprovação, homologação, adjudicação dos resultados das licitações, bem como sua anulação, em caso de ilegalidade, autorizando sua abertura e declarando dispensa ou inexistência de licitação, com base na legislação em vigor;

IV - requisição de transporte aéreo de passageiros ou de carga;

V - assinatura de acordos, convênios e contratos, bem como aplicação de penalidades pecuniárias previstas na lei, quando verificado o descumprimento de obrigação contratual ou sua rescisão;

VI - designação de servidores, inclusive como substitutos de titulares de órgãos da estrutura para as respectivas áreas de atuação, bem como sua devolução para o órgão ou entidade de origem, quando cedido;

VII - assinatura de apostilas declaratórias;

VIII - adoção de providências relativas à posse e exercício de ocupantes de cargo em comissão;

IX - encaminhamento de processo e/ou ofícios às diversas unidades administrativas da SUDERJ, bem como às demais secretarias de Estado, Fundações e autarquias;

X - aprovação de escalas de férias e administração da frequência dos servidores em exercício no Gabinete do Presidente;

XI - autorização de contagens de tempo de serviço, nos termos da legislação em vigor; e

XII - autorização de publicação, em órgãos oficiais, de matéria referente à SUDERJ;

Art. 2º - Da presente Portaria será dado conhecimento imediato ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro e à secretaria de Estado da Fazenda e Planejamento, nos termos do Parágrafo Único, do art. 287, do código da Administração Financeira e contabilidade pública do Estado do Rio de Janeiro.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Rodrigo Dos Santos Vizeu Soares

Presidente/SUDERJ

ID: 2103161

Procuradoria Geral do Estado

<http://www.pge.rj.gov.br>

DESPACHO DO PROCURADOR-GERAL

DE 27.04.2018

PROCESSO Nº E-14/001.017782/2016 - Confidencial - (...) instância, na forma do art. 19-A, § 1º, da Lei nº 4.720/2006 e do art. 45 da Resolução PGE nº 4.152/2017, Processo Administrativo Disciplinar para a apuração de eventual infração aos artigos 17 e 18 da Lei nº 5.427/2009, 40, III, do Decreto-Lei nº 220/75, e 285, inciso II, do Decreto nº 2.479/1979 (...).

ID: 2103200

DESPACHO DO PROCURADOR-GERAL

DE 27.04.2018

PROC. Nº E-14/001.015175/2018 - RATIFICO a inexistência de citação, em conformidade com o art. 25, II, da Lei nº 8.666/93, em favor dos Professores do Programa de Acesso e Inclusão Social da PGE, no montante de R\$ 1.020,00 (um mil e vinte reais), nos termos da autorização da Procuradoria em exercício no CEJUR, autoridade ordenadora de despesa.

ID: 2103178

DESPACHO DA ACESSORIA ESPECIAL

DE 26/04/2018

PROCESSO Nº E-14/001.005950/2018 - RECONHEÇO A DÍVIDA da Procuradoria Geral do Estado, referente a débito de exercício anterior, no valor de R\$ 615,97 (seiscentos e quinze reais e noventa e sete centavos), em favor da Empresa SODEXO PASS DO BRASIL SERV. E COM. S/A.

ID: 2103009

DESPACHO DA PROCURADORA-ASSISTENTE

DE 27.04.2018

PROCESSO Nº E-14/001.006094/2016 - ITAMAR RIBEIRO DE CARVALHO - Cargo: Assistente Jurídico (Aposentado) - Id. Funcional nº 19240945 - CPF: 043.188.117-00. Louvada no parecer médico pericial da Superintendência Central de Perícias Médicas e Saúde Ocupacional, da Secretaria de Estado da Saúde, exarado à fl. 35, INDEFIRO o pedido.

ID: 2103179

[www.pge.rj.gov.br](http://www.pge.rj.gov.br)

CONSELHO DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

ATA DA 521ª SESSÃO

Às 10h30 (vinte) do mês de abril de dois mil e dezoito, no Edifício Sede da Procuradoria Geral do Estado, situado na Rua do Carmo nº 27 - 13º andar, compareceram à 521ª Sessão do Conselho da Procuradoria Geral do Estado, sob a Presidência do Procurador-Geral do Estado Rodrigo Crelier Zambão da Silva, os Procuradores do Estado Adriana Bragança Dias da Silva, Flávio de Araujo Willeman, Adriana Prata de Freitas, Flávio Lessa Beraldo Magalhães, Debora Fernandes de Souza Melo, Emerson Barbosa Maciel, José Carlos Vasconcelos dos Reis, Erick Tavares Ribeiro, Fabiana Machado, Renata Guimarães Soares Bichara e Rogério Carvalho Guimarães. Também estiveram presentes o Procurador-Corregedor Andre Uryn e a Procuradora-Corregedora Assistente Janaina Andrade Souza Cruz. Diante dos presentes, foi declarada aberta a sessão e designada para secretar os trabalhos o Procurador-Corregedor. Iniciados os trabalhos, foi analisado o processo nº E-14/001.005506/2013 (confidencial), em virtude da arguição de suspeição de fis. 1525 a 1576. Ausente o interessado e presente o advogado, Dr. Lucas Matos Pereira, que apresentou substabelecimento. O Presidente do Conselho, após a leitura de relatório sobre o incidente, concedeu a palavra ao advogado, que não quis se pronunciar. Em seguida, o Presidente, depois de ler as suas razões de decidir, admitiu a exceção de suspeição, tendo o Conselho, por unanimidade, ratificado a decisão de inadmissão da arguição de suspeição, endossando as razões do Presidente. Após, o advogado do interessado deixou a sessão. Em seguida, foi examinado o processo administrativo nº E-14/001.006092/2014 - isonpanhamento do Estágio Confirmatório de Procurador. Após a leitura das avaliações, o Conselho deliberou, por unanimidade, pela confirmação do Procurador no cargo de Procurador do Estado, não tendo votado o Conselheiro Rogério Carvalho Guimarães, por integrar a Comissão de Estágio Confirmatório. Posteriormente, foi analisado o processo administrativo nº E-14/001.013108/2018 - afastamento para estudo. Após a leitura do requerimento, os Conselheiros, por unanimidade, deliberaram pelo deferimento integral do pedido de fis. 03/05. Ato contínuo, foi analisado o processo administrativo nº E-14/001.011675/2018 - afastamento para estudo. Os Conselheiros, por unanimidade, considerando-se as especificidades do caso em exame, deliberaram pelo deferimento do pedido de fis. 8, com a ratificação de fis. 225. Depois, foi analisado o processo administrativo nº E-14/001.006924/2018 - afastamento para estudo. Os Conselheiros, por unanimidade, deliberaram pelo deferimento dos pedidos de fis. 03/05. Foi analisado também o processo administrativo nº E-14/001.014135/2018 - afastamento para estudo. Os Conselheiros, por unanimidade, deliberaram pelo deferimento dos pedidos de fis. 03/05, à exceção das diárias. Em seguida, diante das discussões acerca do assunto, foi deliberado pelo Conselho que seja avaliado o cabimento da revisão das Resoluções PGE nº 2000/2005 e 3.678/2014. Após, em assuntos gerais, foram analisados os processos referentes ao estágio probatório das seguintes servidoras: E-14/001.014575/2014 - Maria Isabel Vidal de Azevedo; e E-14/6830/2011 - Guimar de Andrade Resende. Após a leitura das avaliações, por unanimidade, foram as mesmas aprovadas no Estágio Probatório. Em seguida, o processo nº E-14/001.008173/2018 foi redistribuído ao Procurador Rogério Carvalho Guimarães, e o processo administrativo nº E-14/001.014879/2018 foi distribuído à Procuradora Adriana Bragança Dias da Silva. Não havendo mais a ser discutido, o Presidente do Conselho deu por encerrados os trabalhos, do que, para constar, o Procurador-Corregedor lavrou a presente Ata, que vai por autos assinada.

ID: 2103293

DISQUE COMBATE  
AO PRECONCEITO  
(21) 2334-9551



**MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE RESENDE E O INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO - IDG.** OBJETO: Constitui objeto do presente Termo a execução do Projeto de Fortalecimento da Gestão do Parque Natural Municipal da Cachoeira da Fumaça e Jacoba no Município de Resende - RJ, no valor de R\$ 554.730,87 (quinhentos e cinquenta e quatro mil setecentos e trinta reais e sessenta e sete centavos), conforme aprovado pela CCARU. DATA DE ASSINATURA: 26/03/2018. FUNDAMENTO LEGAL: Proc. nº E-07/001.199/2017.

Id: 2103773

## ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

## INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

## EDITAL

**O INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA**, nos termos do art. 14, §4º, da Lei nº 3.467, de 14/09/2000, informa que, tendo em vista a Notificação nº RJ-NOT-2018-000036, fica V.S.A. notificado a apresentar ao INEA, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data de publicação em Diário Oficial o recibo de inscrição do imóvel no CAR.

## CONVOCA:

**NOME OU RAZÃO SOCIAL:** José Tarciso Rezende de Moraes. CNPJ/CPF Nº: 453.820.777-20. ENDEREÇO: Rua Aureliano Faquino - Bom Jesus do Itabapoana.

O convocado ou seu representante legal deverá comparecer ao INEA, no prazo de 20 dias para tomar ciência do processo, à Av. José Alves de Azevedo, 483, Pq. Rosário - Campos dos Goytacazes - RJ. O processo terá continuidade independente do comparecimento do convocado.

Id: 2103408

## SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE

## INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

## COMISSÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO

## AVISO

**A PREGOEIRA E EQUIPE DE APOIO**, nomeadas pela Portaria INEA/PRES nº 747, de 30 de novembro de 2017, do Instituto Estadual do Ambiente - INEA torna público que fará realizar o pregão abaixo:

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2018**  
OBJETO: Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviço de Limpeza e Higienização de Reservatórios de Água e Controle dos Padrões de Potabilidade de Água Consumida.

**TIPO DE LICITAÇÃO:** Menor Preço Global

**DATA DE INÍCIO DE ACOELHIMENTO DAS PROPOSTAS:** 03/05/2018, às 09:00 horas

**DATA LIMITE PARA ACOELHIMENTO DAS PROPOSTAS:** 03/05/2018, às 10:45 horas

**DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS:** 16/05/2018, às 10:50 horas

**DATA E HORA DO PREGÃO:** 26/05/2018, às 11:00 horas

**PORTAL:** www.compras.rj.gov.br

**NÚMERO DA LICITAÇÃO NO PORTAL:** 21039

**AQUISIÇÃO:** O Edital e seus Anexos encontram-se disponíveis no endereço acima, podendo alternativamente, ser adquirida uma via impressa mediante a permissão de 02 (dois) resmas de papel A4, na Avenida Venezuela, nº 110 - Sala 404 - Saúde - Rio de Janeiro - RJ - no horário de 10:00 às 12:00 e de 14:00 às 16:00 de segunda à sexta-feira.

**INFORMAÇÕES:** Os interessados poderão obter informações sobre o Edital no endereço e horário acima mencionado ou pelo telefone (21) 2334-9430.

Id: 2103407

## INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

## AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPSULEIA/00149850

**NOME:** Roberto Luiz Dias. CNPJ/CPF Nº: 709.454.467-72. ENDEREÇO: Rua César Rubim - Vista do Paraíso Próximo ao Colégio Ser - Jardim da Aldeia. INFRAÇÃO: Art. 64 da Lei Estadual Nº3467/2000. MUNICÍPIO: Itaboraí. MULTA: R\$ 5.693,33. PROCESSO Nº E-07/002.10444/2017.

## AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPSULEIA/00149812

**NOME:** Prefeitura Municipal de Aperibé. CNPJ/CPF Nº: 36.288.900/0001-23. ENDEREÇO: Rua Vereador Ailton Leal Cardoso, 01 - Verdes Campos. INFRAÇÃO: Art. 90 da Lei Estadual Nº3467/2000. MUNICÍPIO: Aperibé. MULTA: R\$ 2.000,00. PROCESSO Nº E-07/002.382/2018.

## AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPSULEIA/00149795

**NOME:** Luciano de Sousa Ferreira. CNPJ/CPF Nº: 086.330.387-05. ENDEREÇO: Sítio Cachoeira Alegre (Maia Laranja). INFRAÇÃO: Art. 07 da Lei Estadual Nº3467/2000. MUNICÍPIO: Santo Antônio de Pádua. MULTA: Advertência. PROCESSO Nº E-07/002.1073/2018.

## AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPSULEIA/00149750

**NOME:** Juncá Cordeira Restaurante Ltda - Me. CNPJ/CPF Nº: 11.447.964/0001-07. ENDEREÇO: Avenida Doutor Nilo Peçanha, 439 - Parque São Manoel. INFRAÇÃO: Art. 98 da Lei Estadual Nº3467/2000. MUNICÍPIO: Campos dos Goytacazes. MULTA: Advertência. PROCESSO Nº E-07/002.13724/2017.

## AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPSULEIA/00149746

**NOME:** Indústria de Alimentos Pedra Preta. CNPJ/CPF Nº: 07.577.460/0001-08. ENDEREÇO: Rua Regina Brum Correia, 1435 - Bairro Olívia Peres. INFRAÇÃO: Art. 64 da Lei Estadual Nº3467/2000. MUNICÍPIO: Porciúncula. MULTA: Advertência. PROCESSO Nº E-07/002.13611/2017.

## AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPSULEIA/00149751

**NOME:** Valdir Menezes Comércio de Pescados Ltda - Me. CNPJ/CPF Nº: 04.811.465/0001-83. ENDEREÇO: Rua Alberto Simões, Nº 65 - Barra do Itabapoana. INFRAÇÃO: Art. 85 da Lei Estadual Nº3467/2000. MUNICÍPIO: São Francisco do Itabapoana. MULTA: R\$ 8.252,61. PROCESSO Nº E-07/002.7240/2017.

## AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPSULEIA/00149402

**NOME:** Centro de Qualidade de Vida Academia Nova Estação. CNPJ/CPF Nº: 11.019.738/0001-17. ENDEREÇO: Av. Dr. Nilo Peçanha, 393 - Bairro Parque Santo Amaro. INFRAÇÃO: Art. 76 da Lei Estadual Nº3467/2000. MUNICÍPIO: Campos dos Goytacazes. MULTA: Advertência. PROCESSO Nº E-07/002.15367/2013.

## AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPSULEIA/00149742

**NOME:** Reinaldo José de Braga. CNPJ/CPF Nº: 950.961.837-34. ENDEREÇO: Rua José Manoel de Souza, 133 - Alto Alegre. INFRAÇÃO: Art. 52 da Lei Estadual Nº3467/2000. MUNICÍPIO: Quissamã. MULTA: Advertência. PROCESSO Nº E-07/002.12032/2017.

## AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPSULEIA/00149796

**NOME:** Tarciso de Andrade e Silva. CNPJ/CPF Nº: 007.080.777-90. ENDEREÇO: Sítio Cachoeira Alegre (Maia Laranja). INFRAÇÃO: Art. 07 da Lei Estadual Nº3467/2000. MUNICÍPIO: Santo Antônio de Pádua. MULTA: Advertência. PROCESSO Nº E-07/002.667/2018.

## AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPSULEIA/00149036

**NOME:** Centro de Qualidade de Vida Academia Nova Estação. CNPJ/CPF Nº: 11.019.738/0001-17. ENDEREÇO: Av. Dr. Nilo Peçanha, 393 - Bairro Parque Santo Amaro. INFRAÇÃO: Art. 76 da Lei Estadual Nº3467/2000. MUNICÍPIO: Campos dos Goytacazes. MULTA: Advertência. PROCESSO Nº E-07/002.15366/2013.

## AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPSULEIA/00149799

**NOME:** Prefeitura Municipal de Aperibé. CNPJ/CPF Nº: 36.288.900/0001-23. ENDEREÇO: Rua Vereador Ailton Leal Cardoso,

01 - Verdes Campos. INFRAÇÃO: Art. 95 da Lei Estadual Nº3467/2000. MUNICÍPIO: Aperibé. MULTA: R\$ 9.446,73. PROCESSO Nº E-07/002.520/2018.

## AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPSULEIA/00149757

**NOME:** Luzia de Almeida Moraes. CNPJ/CPF Nº: 734.095.377-91. ENDEREÇO: Praça São José - Centro. INFRAÇÃO: Art. 76 da Lei Estadual Nº3467/2000. MUNICÍPIO: Bom Jesus do Itabapoana. MULTA: R\$ 2.000,00. PROCESSO Nº E-07/002.11246/2017.

## AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPSULEIA/00149741

**NOME:** Lafageholicim (Brasil) S/A. CNPJ/CPF Nº: 60.869.336/0093-35. ENDEREÇO: Rod. Br-356, S/Nº Km 68 - Parte - Paraíso. INFRAÇÃO: Art. 76 da Lei Estadual Nº3467/2000. MUNICÍPIO: Itaiva. MULTA: R\$ 2.000,00. PROCESSO Nº E-07/002.11259/2017.

## AUTO DE INFRAÇÃO Nº COGEFISA/00149784

**NOME:** Indústria e Comércio de Artefatos Cerâmicos São José Ltda - Me. CNPJ/CPF Nº: 23.894.284/0001-02. ENDEREÇO: Imóvel Alto da Área - 3º Distrito - Sabão. INFRAÇÃO: Art. 85 da Lei Estadual Nº3467/2000. MUNICÍPIO: Campos dos Goytacazes. MULTA: Suspensão Parcial ou Total das Atividades. PROCESSO Nº E-07/002.13261/2017.

## AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPSULEIA/00149797

**NOME:** Benedito Iziquel Dias. CNPJ/CPF Nº: 782.139.757-15. ENDEREÇO: Sítio São Sebastião da Boa Vista - Zona Rural. INFRAÇÃO: Art. 42 da Lei Estadual Nº3467/2000. MUNICÍPIO: Santo Antônio de Pádua. MULTA: Advertência. PROCESSO Nº E-07/002.12849/2017.

## AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPSULEIA/00149041

**NOME:** Centro de Qualidade de Vida Academia Nova Estação. CNPJ/CPF Nº: 11.019.738/0001-17. ENDEREÇO: Av. Dr. Nilo Peçanha, 393 - Bairro Parque Santo Amaro. INFRAÇÃO: Art. 76 da Lei Estadual Nº3467/2000. MUNICÍPIO: Campos dos Goytacazes. MULTA: Advertência. PROCESSO Nº E-07/002.15374/2013.

## AUTO DE INFRAÇÃO SUPBIEIA/00149675

**NOME:** Nilton de Souza Vieira. CNPJ/CPF Nº: 00.655.295/0001-34. ENDEREÇO: Estrada do Jacu, s/nº. Bananal. INFRAÇÃO: Art. 2º, Inciso I da Lei Estadual Nº 3.467/2000. MUNICÍPIO: Paraty. PENALIDADE: Advertência. PROCESSO Nº E-07/002.13945/2016.

## AUTO DE INFRAÇÃO SUPBIEIA/00149436

**NOME:** Sebastião Menezes. CNPJ/CPF Nº: 381.841.927-20. ENDEREÇO: Av. Primavera, 2 - Panatã. INFRAÇÃO: Art. 2º, Inciso II da Lei Estadual Nº 3.467/2000. MUNICÍPIO: Paraty. PENALIDADE: R\$ 1.976,44. PROCESSO Nº E-07/002.7960/2017.

## AUTO DE INFRAÇÃO SUPBIEIA/00149676

**NOME:** Posto de Gasolina Marina Parque Vermele Ltda. CNPJ/CPF Nº: 08.081.191/0001-75. ENDEREÇO: Av. Winston Maruca, s/nº - Jacuanga. INFRAÇÃO: Art. 2º, Inciso II da Lei Estadual Nº 3.467/2000. MUNICÍPIO: Angra dos Reis. PENALIDADE: R\$ 34.736,24. PROCESSO Nº E-07/002.13098/2016.

## AUTO DE INFRAÇÃO SUPBIEIA/00149842

**NOME:** Eduardo Vilhena. CNPJ/CPF Nº: 004.654.108-04. ENDEREÇO: Travessa Miguel Elias Miguel Nº35 - Salatá. INFRAÇÃO: Art. 2º, Inciso II da Lei Estadual Nº 3.467/2000. MUNICÍPIO: Angra dos Reis. PENALIDADE: R\$ 9.539,48. PROCESSO Nº E-07/002.1033/2018.

## AUTO DE INFRAÇÃO SUPBIEIA/00147343

**NOME:** Marina Imperial Ltda. CNPJ/CPF Nº: 12.937.572/0001-80. ENDEREÇO: Conceição de Jacaré. INFRAÇÃO: Art. 2º, Inciso II da Lei Estadual Nº 3.467/2000. MUNICÍPIO: Mesquita. PENALIDADE: R\$ 1.281,71. PROCESSO Nº E-07/002.9926/2016.

## AUTO DE INFRAÇÃO SUPBIEIA/00149675

**NOME:** Nilton Souza Vieira. CNPJ/CPF Nº: 00.655.295/0001-34. ENDEREÇO: Estrada do Jacu, s/nº. Bananal. INFRAÇÃO: Art. 2º, Inciso I da Lei Estadual Nº 3.467/2000. MUNICÍPIO: Rio de Janeiro. PENALIDADE: Advertência. PROCESSO Nº E-07/002.13945/2016.

## AUTO DE INFRAÇÃO SUPBIEIA/00142087

**NOME:** MMA Transportes e Serviços Marítimos Ltda. CNPJ/CPF Nº: 01.190.405/0001-00. ENDEREÇO: Rua Manoel do Rosário, 131 - centro. INFRAÇÃO: Art. 2º, Inciso II da Lei Estadual Nº 3.467/2000. MUNICÍPIO: Angra dos Reis. PENALIDADE: PROCESSO Nº E-07/002.11062/2014.

## AUTO DE INFRAÇÃO SUPBIEIA/00147351

**NOME:** CG da Costa Transportes Me. CNPJ/CPF Nº: 11.392.368/0001-69. ENDEREÇO: Av. Roberto Silveira Nº1.000 Casa 12-Parque do Ype. INFRAÇÃO: Art. 2º, Inciso II da Lei Estadual Nº 3.467/2000. MUNICÍPIO: Paraty. PENALIDADE: R\$ 1.318,46. PROCESSO Nº E-07/002.633/2018.

## AUTO DE INFRAÇÃO SUPBIEIA/00147088

**NOME:** CG da Costa Transportes Me. CNPJ/CPF Nº: 11.392.368/0001-69. ENDEREÇO: Av. Roberto Silveira Nº1.000 Casa 12-Parque do Ype. INFRAÇÃO: Art. 2º, Inciso II da Lei Estadual Nº 3.467/2000. MUNICÍPIO: Paraty. PENALIDADE: R\$ 1.292,38. PROCESSO Nº E-07/002.502582/2012.

## AUTO DE INFRAÇÃO SUPBIEIA/00146105

**NOME:** Maria Luma Natalli. CNPJ/CPF Nº: 960.798.767-34. ENDEREÇO: Rua do Bicaço, 199 - Ilha Grande. INFRAÇÃO: Art. 2º, Inciso II da Lei Estadual Nº 3.467/2000. MUNICÍPIO: Angra dos Reis. PENALIDADE: 1.270,35. PROCESSO Nº E-07/002.14574/2014.

## AUTO DE INFRAÇÃO Nº COGEFISA/00149819

**NOME:** Empresa Santa Terezinha Ltda. CNPJ/CPF Nº: 31.923.667/0001-90. ENDEREÇO: Rua Jorge Alves de Souza, 23. INFRAÇÃO: São João de Meriti - RJ. INFRAÇÃO: Artigo 61 INC V da Lei Estadual 3.467/00. PENALIDADE: Multa Simples R\$ 178.330,16. PROCESSO Nº E-07/002.7865/2015.

## AUTO DE INFRAÇÃO Nº COGEFISA/00142719

**NOME:** Posto Grande Parada Ltda. CNPJ/CPF Nº: 00.071.508/0001-80. ENDEREÇO: Rod. BR-101, Km 8800. MUNICÍPIO: Volta Redonda - RJ. INFRAÇÃO: Artigo 85 e 96 da Lei Estadual 3.467/00. PENALIDADE: Multa Simples R\$ 21.849,54. PROCESSO Nº E-07/002.7037/2014.

Id: 2103404

## SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE

## COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

## EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

**INSTRUMENTO:** CONTRATO CEDAE Nº 047/2018 (DS).  
**PARTE:** COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a ENGREST ENGENHARIA DE RECUPERAÇÃO ESTRUTURAL LTDA.

**OBJETO:** SERVIÇOS PARA RECUPERAÇÃO ESTRUTURAL DO 1º E 2º TRAJÉ E DA CAIXA DE CHEGADA DE CONFLUÊNCIA DO EMISSÁRIO SUBMARINO DE IPANEMA.

**PRazo:** 120 (cento e vinte) dias.  
**VALOR:** R\$ 1.976.987,51 (um milhão, novecentos e setenta e seis mil novecentos e oitenta e sete reais e cinquenta e um centavos).

**DATA DE ASSINATURA:** 25/04/2018.

**FUNDAMENTO:** PROCESSO Nº E-17/100.394/2015 (CN nº 004/2017).

Id: 2103193

## SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE

## COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

## EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

**INSTRUMENTO:** CONTRATO CEDAE Nº 048/2018 (DG).  
**PARTE:** COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a SETE SERVIÇOS ELEVADORES LTDA.

**OBJETO:** SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS, EM ASSISTÊNCIA AOS 2 (DOIS) ELEVADORES DA ELEVATORIA SUBTERRÂNEA DO LAMELÁRIO.

**PRazo:** 360 (trezentos e sessenta) dias.

**VALOR:** R\$ 40.800,00 (quarenta mil e oitocentos reais).

**DATA DE ASSINATURA:** 25/04/2018.

**FUNDAMENTO:** PROCESSO Nº E-07/100.511/2017 (Pregão Eletrônico nº 315/2018).

Id: 2103195

## SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE

## INSTITUTO DE TERRAS E CARTOGRAFIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

## EXTRATO DE TERMO ADITIVO

**INSTRUMENTO:** Oitavo Termo Aditivo de Suspensão de Contagem de Prazo do Contrato de Prestação de Serviços nº 042/2014.

**PARTE:** INSTITUTO DE TERRAS E CARTOGRAFIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - ITERJ e a EMPRESA FREIRE BARRETO SERVIÇOS E REPAROS DE CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA-ME.

**OBJETO:** Fica alterada a CLÁUSULA TERCEIRA com a suspensão de contagem de prazo pelo período de 120 (cento e vinte) dias, prorrogando-se o cronograma físico financeiro por igual período, a contar de 16/12/2017.

**DATA ASSINATURA:** 13 de abril de 2018.

**RECURSOS:** Programa de Trabalho 1931.21.482.0052.2712.

**NATUREZA DA DESPESA:** 449051-03 - Fonte de Recurso: 22.

**FUNDAMENTO:** Processo nº E-19/0147/16/2013.

Id: 2103386

## Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento

## COMISSÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO

## AVISO

**A COMISSÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO DA SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, PESCA E ABASTECIMENTO** torna público que serão realizadas as licitações, na modalidade de Pregão Eletrônico, abaixo especificadas:

**MODALIDADE:** Pregão Eletrônico nº 0005/2018.

**TIPO:** Menor Preço Global por Lote.

**DATA:** 15 de maio de 2018, às 10:00 horas.

**OBJETO:** Prestação de Serviços - Hospedagem, Alimentação e Locação de Autônomo.

**RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:** Programa de Trabalho: 1301.2060600371.625 - Código de Despesa: 4490.39.02 - Fonte: 111 - BIRD.

**PROCESSO Nº E-02/001/003232/2016.**

**MODALIDADE:** Pregão Eletrônico nº 0006/2018.

**TIPO:** Menor Preço Global por Lote.

**DATA:** 16 de maio de 2018, às 10:00 horas.

**OBJETO:** Aquisição de Combustível (Gasolina e Diesel).

**RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:** Programa de Trabalho: 1301.2060600371.625 - Código de Despesa: 4490.30.14 - Fonte: 111 - BIRD.

**PROCESSO Nº E-02/007/000393/2018.**

**MODALIDADE:** Pregão Eletrônico nº 0007/2018.

**TIPO:** Menor Preço Global por Item.

**DATA:** 16 de maio de 2018, às 15:00 horas.

**OBJETO:** Aquisição de Material de Consumo (Papel A4).

**RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:** Programa de Trabalho: 1301.2030400392.083 - Código de Despesa: 3390.30.05 - Fonte: 232 - FUNDEAGRO.

**PROCESSO Nº E-02/007/000995/2018.**

A documentação completa estará à disposição dos interessados a partir de 03/05/18, no site [www.compras.rj.gov.br](http://www.compras.rj.gov.br) (SIGA).

Id: 2103373

## Secretaria de Estado de Trabalho e Renda

## EXTRATO DE INSTRUMENTO DE CONTRATUAL

**\*INSTRUMENTO:** Termo de Contrato de Comodato nº 001/2018 - De ocupação de Lojas de Uso Comercial, a título gratuito e com exclusividade.

**PARTE:** Estado do Rio de Janeiro, representado pela Secretaria de Estado de Trabalho e Renda - SETRAB como Comodatário e Continente Supermercados LTDA - nome fantasia - Prezunic Center, como Comodatário.

**OBJETO:** Ocupação de área 57,20 m2, que abrange as lojas 132,133, localizada no imóvel situado na Estrada Marechal Miguel Salazar Mendes de Moraes, nº 906 Jacarepaguá/RJ pela SETRAB/RJ a título gratuito e com exclusividade para instalação de uma unidade SI-NE/RJ.

**PRazo:** 48 (quarenta e oito) meses a partir da data da publicação do seu extrato no DOERJ.

**FUNDAMENTO:** Em especial, artigo 575 a 585 do Código Civil, Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho 1993. Lei Estadual nº 287, de 04 de dezembro de 1979.

**PROCESSO Nº E-22/001/565/2017.**

**DATA DE ASSINATURA:** 18/04/2018.

\*Omitido no D.O. de 19/04/2018.